

NOTA PARA FAKEBOOK.ECO SOBRE LEVANTAMENTO DO GREENPEACE

A JBS ressalta que não compactua nem tolera o desrespeito ao meio ambiente, a comunidades locais nem ao Código Florestal Brasileiro. Todo e qualquer fornecedor que descumpra nossa **Política de Compra Responsável de Matéria-Prima** é imediatamente bloqueado, como é o caso de 9 mil propriedades já retiradas da base de fornecedores ativos. Para fazer esse controle, a Companhia já dispõe, há mais de 10 anos, de um dos maiores sistemas de monitoramento de fornecedores do mundo, que monitora por imagens de satélites uma área superior ao território da Alemanha. Adicionalmente, a JBS está implementando uma ferramenta *blockchain* para levar essa mesma fiscalização para os fornecedores de nossos fornecedores, que estará totalmente em vigor até 2025. Vale destacar ainda que a empresa é codesenvolvedora do **Protocolo de Monitoramento de Fornecedores do Ministério Público Federal** (<https://www.boinalinha.org/>).

Quanto ao levantamento em questão, o Greenpeace partiu de produtos de proteína bovina da JBS expostos nas gôndolas de supermercados nos últimos meses e simplesmente relacionou os frigoríficos identificados pelo SIF a relatos de anos anteriores sobre estas unidades da JBS. A esse respeito, a JBS informa:

- 1) Não há absolutamente nenhuma prova, nem mesmo indício, de que o produto apontado tem como as fazendas mencionadas nos relatos antigos. Os produtos da JBS contêm um QR code que permite verificar as fazendas que forneceram matéria-prima para a unidade naquela data. No entanto, como a ONG apresentou apenas fotos de baixa qualidade das embalagens dos produtos citados, a JBS não pôde fazer verificação detalhada para apontar a verdadeira origem de cada produto.
- 2) Além disso, o fato de um fornecedor ter tido problema ambiental em anos anteriores não implica necessariamente que ele continua impedido de fornecer caso ele tenha equacionado suas pendências ambientais ou sociais. A verificação realizada pela JBS é feita no momento da compra. Se a propriedade em questão tiver regularizado os eventuais passivos junto aos órgãos competentes, ela estará autorizada a vender matéria prima, como estabelece o Protocolo do MPF citado acima.
- 3) Ainda a respeito dos seis casos mencionados, vale lembrar que a JBS já apresentou previamente esclarecimentos detalhados sobre eles. Todas as propriedades que comercializaram gado com a JBS estavam, no ato da negociação, em conformidade com nossos critérios socioambientais. Por não ter acesso às Guias de Trânsito Animal (GTA), documento sigiloso, a Companhia não tem como confirmar se os fornecedores de seus fornecedores podem ter passivos ambientais. Porém, como já dito, a JBS está implantando uma ferramenta *blockchain* que vai solucionar esse desafio setorial.
- 4) Quanto aos estudos de classificação de risco formulados por *Chain Reaction Research* e Imazon, já ficou plenamente demonstrado que esses cálculos, feitos a partir da simples correlação entre a concentração de desmatamento em um certo município e a localização das plantas de processamento de uma empresa, é bastante superficial e leva a erros graves. O fato de haver propriedades que pratiquem desmatamento numa região em que há uma planta da JBS obviamente não prova nada e ignora as políticas e práticas adotadas pela empresa para mitigar o risco de desmatamento.

Concluindo, mais uma vez o levantamento do Greenpeace se baseia em análise superficial e em metodologia totalmente equivocada. A JBS, por sua vez, segue não apenas cumprindo à risca toda a legislação para monitorar sua cadeia produtiva, como está implementando ferramentas capazes de ampliar esse controle para os fornecedores de seus fornecedores e para fechar o cerco contra toda e qualquer tentativa de burlar a lei ou a sua Política de Compra Responsável.